

FAMÍLIAS RECOMPOSTAS Revisitar a produção americana (1930-2000)

Cristina Lobo

Introdução

Do lado invisível da família contemporânea, ainda hoje, se situam as famílias recompostas (Théry, 2000). Essas “famílias sem nome” (Bourdieu, 1996) saídas de uniões sucessivas e que integram pais, filhos, padrastos, enteados, avós, irmãos, meios-irmãos, permaneceram invisíveis na maior parte dos países europeus durante um tempo considerável. Talvez a ausência de uma palavra para as nomear (o que não tem nome não existe) tenha retardado o seu aparecimento social, e protelado o início das pesquisas empíricas na área das ciências sociais sobre este tipo de constelação familiar.¹

Em França, foi necessário esperar pela publicação de um número especial duma revista da área das ciências sociais sobre esta configuração familiar, em 1987, para que o nome “famílias recompostas” fosse legitimado pela comunidade científica (AA.VV., 1987). Processo semelhante ocorreu nos anos 70 com o surgimento do nome “famílias monoparentais”, isto é: foram também os sociólogos franceses da família que avançaram pela primeira vez com esta designação (Wall e Lobo, 1999). Em contrapartida, nos EUA a existência de um termo específico, e consolidado através dos tempos, para designar a família recomposta — *stepfamily*² — acelerou, em meados dos anos 70, as pesquisas empíricas nas várias áreas científicas.³ O objectivo deste artigo é precisamente dar conta, sob a forma de levantamento bibliográfico, dessa produção norte-americana sobre o recasamento e as famílias recompostas. Justifica-se, neste caso, referenciar apenas as pesquisas norte-americanas, não só pela sua quantidade, não comparável a qualquer outra produção europeia sobre o assunto, mas também pelo manancial de informação empírica e alguma teórica que, ao longo de quase um século, se foi acumulando sobre este tema.

A questão dos nomes, que neste caso não tem só a ver com a designação da

1 Vários nomes foram então surgindo para nomear estas configurações familiares: “famílias reconstituídas”, “famílias reconstruídas”, “segundas famílias”, “famílias mosaico”, “famílias de recasados”, “famílias de padrastos”, etc.

2 O termo *step* vem do inglês antigo *steop* e articula-se com *the bereave* — a família do morto. Assim, “the bereave husband or wife who took a new spouse thereby gave the bereave children a new parent — a step parent” (Scanzoni e Scanzoni, 1988: 606). Apesar de o presente artigo tratar da produção científica americana sobre este tipo de família, optou-se por traduzir sempre a designação anglo saxónica *stepfamily* por famílias recompostas.

3 Também nos EUA algumas revistas especializadas na área da família contribuíram para dar mais visibilidade às pesquisas empíricas sobre as famílias recompostas, com números temáticos: *Journal of Family Issues*, 1980; *Family Relatins*, 1984, 1989; *Journal of Divorce and Remarriage*, 1990 (anteriormente *Journal of Divorce*).

família em si, mas com os tipos de papéis que entretanto se representam no interior destas configurações, encobre alguma complexidade, na medida em que eles exprimem dimensões tão vitais para a vida em família como as relações sociais mais elementares, mas também o seu conteúdo cognitivo e prático. Claro que a ambiguidade quanto ao nome de um papel arrasta incertezas de desempenhos, direitos e deveres, limites e interditos (Cherlin, 1978: 643). Como chamar o novo companheiro da mãe ou a nova namorada do pai? Que estatuto têm na família? Quem impõe os limites nas relações entre padrastos ou madrastas e enteados ou enteadas? É certo que a interferência do direito sobre a família recomposta teria como consequência uma maior institucionalização deste tipo de família. Mas até que ponto deve a sociedade intrometer-se na esfera familiar?

Nesta “terra de ninguém” (Cutsem, 2001) do parentesco, a evidência e a naturalidade nem sempre estão inscritas nos seus quotidianos: isto é, nada pode ser deixado ao acaso, tudo deve ser cultivado, pensado e planificado.

Em alguns países europeus, a invisibilidade social e jurídica destas famílias deve-se não tanto à sua especificidade estrutural, que as afasta do modelo dominante (família nuclear), mas porque elas incorporam a dificuldade e a necessidade de se repensar culturalmente a família, a parentalidade e a filiação.

Para sociólogos com produções teóricas tão distintas — Bourdieu (1996), Théry (2000), Cherlin e Furstenberg (1994) — as famílias recompostas têm qualquer coisa de inquietante, até mesmo de ameaçador para a ordem social, porque a sua existência perturba a definição tradicional de família enquanto uma unidade social natural, isto é, “fundada na parentalidade e reconhecida como natural” (Bourdieu, 1996: 6) através dos laços de sangue. Ou, como refere Furstenberg (1979), a propósito dos cientistas sociais terem negligenciado esta área de estudo, o recasamento e as famílias recompostas têm sido habitualmente encarados como “práticas culturais aberrantes” e não como “mudanças normativas no sistema de parentesco” (Ganong e Coleman, 1994: 20). Ainda hoje, no início do novo milénio, os cientistas sociais, sejam eles europeus ou norte-americanos, manifestam nos seus trabalhos uma forte tendência para considerarem o recasamento e as famílias recompostas como um problema social, e, em contrapartida, olharem para a família tradicional do primeiro casamento — família nuclear — enquanto o paradigma através do qual todas as outras formas de vida familiar devem ser “julgadas”.

Estamos perante uma família recomposta simples (grupo doméstico) quando um casal, casado ou não, vive no mínimo com uma criança nascida de uma união precedente de pelo menos um dos cônjuges.⁴ Claro que uma configuração deste tipo já não é por natureza simples, devido à sua estrutura complicada e à sua dinâmica imbricada. No entanto, uma estrutura mais complexa é aquela em que tanto o homem como a mulher foram casados anteriormente, ambos foram pais e trouxeram consigo as crianças para a nova família.

Quanto às crianças, elas vivem habitualmente o seu quotidiano no grupo

4 Tanto o nome “famílias recompostas” como o respectivo significado foram adoptados pelo INSEE, em 1990, no *Enquête sur les familles*.

doméstico recomposto da mãe. Pode acontecer os pais terem a guarda conjunta: isto é, a situação na qual a criança divide o seu tempo entre viver com o pai e viver com a mãe (Folberg, 1991; Maccoby e Mnookin, 1994). Contudo, na maior parte das famílias, a criança vive com a mãe visitando a nova família do pai biológico regularmente ou durante os fins-de-semana e nas férias, como é o caso das crianças dos maridos divorciados. Uma vez que as mulheres ficam maioritariamente com a custódia dos filhos, a maioria das famílias recompostas constituem famílias de padrastos (ver Robinson, 1991).

Um padrasto ou uma madrasta é um adulto cujo companheiro tem pelo menos uma criança de uma relação anterior. Um enteado ou uma enteada é um indivíduo (criança ou adulto) cujo pai ou mãe, ou ambos, vivem (casados ou coabitam) com um(a) parceiro(a) que não é o seu pai ou a sua mãe biológicos.⁵

A produção americana sobre o recasamento e as famílias recompostas: como tudo começou

O recasamento, e a conseqüente reorganização familiar a que este acontecimento geralmente obriga, só começou a ser alvo de alguma curiosidade por parte dos cientistas sociais norte-americanos a partir do final dos anos 70 — com o aumento contínuo do divórcio. Mas, mesmo assim, nem a evidência dos recasamentos de divorciados, nessa altura, fez com que o fenómeno do recasamento surgisse de imediato como objecto de reflexão na maioria das pesquisas empíricas, isto é, só pouco a pouco os investigadores sociais e os clínicos se foram interessando pelas transições familiares a seguir a um divórcio ou a uma viuvez. Neste panorama não muito auspicioso da produção de conhecimentos sobre o recasamento e as famílias de recasados na sociedade americana, destacam-se algumas pesquisas empíricas realizadas por sociólogos da família (Willard Waller, 1930; Jessie Bernard, 1956; William Goode, 1965; Lucile Duberman, 1975).

Apesar de estas pesquisas empíricas terem sido produzidas com um intervalo de tempo considerável entre elas, os seus autores partilham objectos de reflexão próximos e estratégias de investigação idênticas. Com o passar do tempo, os resultados nelas alcançados tornaram-se pontos de partida para um grande número de investigações realizadas ao longo do século XX. Por isso mesmo, estes autores tornaram-se referências incontornáveis, em tudo o que diz respeito à problemática das relações conjugais e parentais após um divórcio — pelo que vale, portanto, a pena voltar a olhar para estes seus trabalhos.

O campo da sociologia da família não foi o único a produzir e a difundir trabalhos sobre as famílias recompostas. Entre meados dos anos 60 e finais da década de 1970, as pesquisas realizadas no âmbito da psiquiatria e da psicologia, produzidas sobretudo por clínicos a trabalhar com famílias de recasados em contexto

5 Estes são os nomes “clássicos” — padrasto, madrasta e enteados — que, apesar das conotações negativas que transportam, fazem parte da nossa língua para designar os vários papéis a desempenhar pelos membros destas famílias.

terapêutico, também fizeram a sua aparição (Ihinger-Talman e Pasley, 1997: 19). Durante os anos 80 e 90 o interesse pelo tema do recasamento e das famílias recompostas aumentou consideravelmente, como foram dando conta as várias “revisões da literatura” sobre este tema (Cherlin e Furstenberg, 1994; Coleman e Ganong, 1990; Ihinger-Tallman, 1988; Pasley e Ihinger-Tallman, 1992 e 1995; Coleman, Ganong e Fine, 2000).

As famílias de recasados com crianças de relações anteriores têm uma longa existência, tanto nos EUA como na Europa, mas só se tornaram objecto de reflexão sistemática no âmbito das ciências sociais na segunda metade do século XX (Ihinger-Tallman e Pasley, 1987: 26-27).

Sem dúvida que hoje se sabe muito mais sobre o seu crescimento, estrutura, desenvolvimento e dinâmicas. Sabe-se, por exemplo, que estas configurações familiares são diferentes umas das outras: consoante a história conjugal e afectiva de cada cônjuge, a razão para a dissolução do casamento anterior (divórcio ou morte), o número e idades das crianças, a existência ou ausência de crianças comuns do actual casamento (Pasley e Ihinger-Tallman, 1987; Berger, 1995). Mas também se sabe que, para além desta diversidade, todos os tipos de famílias recompostas partilham dinâmicas e características estruturais específicas e únicas, diferenciando-as dos outros tipos de configurações familiares. Depois de tanto se ter escrito sobre estas constelações familiares, é ponto assente para demógrafos, psicólogos e sociólogos que a análise destas famílias passa por situá-las numa perspectiva dinâmica: ou seja, por compreender o que se inscreve nos processos temporais encetados antes da sua formação, no ciclo de vida dos seus elementos.

Para os sociólogos Furstenberg e Cherlin a vida nas famílias recompostas torna-se bastante complexa e cheia de ambiguidades, e o resultado do recasamento pode, por isso mesmo, ser mais frágil (1991: 77). Esta complexidade, com o acréscimo da predisposição para o divórcio dos indivíduos recasados, pode conduzir a um elevado número de recasamentos dissolvidos (1991: 87). Há uma pluralidade de problemas específicos aos quais as famílias de divorciados recasados com crianças de uniões precedentes têm de dar resposta, sem que tenham para tal qualquer suporte jurídico. De facto, elas estão em desvantagem nas situações de conflito, o que significa o alto grau de institucionalização inerente aos primeiros casamentos. E é precisamente nestes momentos que, na opinião de Cherlin, se toma consciência da importância de modelos institucionalizados para manter a coesão familiar (Cherlin, 1987: 51). A argumentação deste autor é uma possível explicação para o número elevado de divórcios após um recasamento, que têm ocorrido na sociedade americana.

The old love and the new: o olhar do poeta sociólogo

A pesquisa de Willard Waller, *The Old Love and the New*, publicada em 1930, consagrou-se como a primeira investigação sociológica sobre a adaptação individual após um divórcio.⁶

Só 26 anos após esta publicação, em 1956, William J. Goode deu a conhecer o seu estudo sobre as mulheres divorciadas em Detroit — *After Divorce*.

Para além de outros trabalhos publicados, no âmbito da sociologia, destaca-se a obra *The Family*, escrita por Willard Waller em 1939, precisamente a seguir ao aparecimento da definição de família proposta por Ernest W. Burgess, enquanto uma unidade de indivíduos em interacção. Uma regularidade nas pesquisas de Waller é justamente o conceito de interacção, o que não é de estranhar se se pensar na importância de Georg Simmel na sociologia americana do princípio do século XX.

Como sociólogo da família, Waller foi profundamente influenciado por Burgess — considerado o pai da sociologia da família americana —, cujos trabalhos, de grande consistência teórica, muito contribuíram para a análise da família moderna, ao adoptar os fundamentos da democracia como princípio de funcionamento entre os cônjuges, e mesmo entre cônjuges e filhos.

Na sua pesquisa — *The Old Love and the New* — Waller analisa o divórcio enquanto um acontecimento na história de vida de um indivíduo, e não como um problema social. Para ele um divórcio implica mudança — e mudança significa crise, desorganização e reorganização. Assim, o principal objectivo deste trabalho consiste na identificação dos “processos de ajustamento que os divorciados encetam, e os mecanismos tanto de natureza sociológica como psicológica que estão envolvidos nesses mesmos processos.” (1967: 316).

Willard Waller identifica uma série de problemas nas relações pós-divórcio, tais como: dificuldades na reorganização da vida sexual dos indivíduos divorciados; obstáculos no (re)ajuste de hábitos e de rotinas quotidianos, criados durante o casamento; resistências no (re)arranjo das relações com os amigos e familiares; problemas económicos na nova fase de vida; dificuldades na resolução de conflitos com o ex-marido ou a ex-mulher.

Os poucos trabalhos anteriormente realizados sobre o tema do divórcio encararam-no quase sempre como “um ponto final” — o fim de um processo, o fim de um casamento. Claro que, numa perspectiva estritamente legal, existe alguma verdade nesta concepção do divórcio, mas do lado de quem vive este processo sabe-se que não é verdade. A maior parte das vezes é, precisamente, a seguir ao fim do processo legal que surgem sérios problemas pessoais imbricados no esforço de reconstrução de um novo ciclo de vida. Na opinião do autor do estudo em análise, “este período a seguir ao divórcio representa uma lacuna no nosso conhecimento, tanto no que diz respeito aos indivíduos como ao processo da reorganização familiar, uma ausência tão importante que apenas um volume não é suficiente para nos apercebermos disso” (1967: 315). No entanto, esta obra não trata apenas de insucessos e de problemas, mas também de sucessos na fase da reorganização da vida conjugal por via do recasamento. Waller acredita que o segundo casamento pode ter sucesso porque as pessoas amam melhor, pelo facto de terem mais experiência de vida.

As pesquisas empíricas sobre a adaptação à situação de divorciado(a) que se

6 O primeiro grande trabalho realizado nos EUA sobre o divórcio foi da autoria de James P. Lichtenberg (1909). Este sociólogo analisou o divórcio enquanto um problema social, não dando muita atenção, ao contrário de Waller, ao que se passava numa trajectória conjugal a seguir a um divórcio.

realizaram a seguir a este estudo em análise, nomeadamente *Remarriage* de Jessie Bernard (1956) e *Women in Divorce* de William Goode (1965), testaram as propostas de Waller e alcançaram resultados não tão negativos quanto este, isto é, nestas pesquisas as situações pós-divórcio estão menos associadas a momentos traumáticos e de crise do que em *The Old Love and The New*. Alguns factores podem ser responsáveis por essas diferenças: em primeiro lugar, Waller chamou a atenção para a existência de certos problemas na adaptação à situação de divorciado(a)s, ao passo que William Goode e Jessie Bernard tentaram identificar as condições para essa adaptação ao divórcio e ao recasamento. É preciso referir que Waller seleccionou apenas os casos mais problemáticos. Em contrapartida, Goode e Bernard estavam interessados na diversidade de formas de adaptação às novas fases da vida após a ruptura de um casamento.

Em segundo lugar, a pesquisa de Waller foi realizada antes da Segunda Grande Guerra, enquanto Goode e Bernard concretizaram as suas nos anos 50. Nesse intervalo de tempo, a taxa de divorcialidade começou a aumentar nos EUA e a atitude dos indivíduos perante tal facto também se modificou. Daí que, quando as duas últimas pesquisas foram realizadas, as representações sociais acerca da família americana tinham sofrido grandes mudanças. Importa referir que nesta altura — anos 50 — começaram a ser difundidas as concepções de tipos estruturais de família, como a família nuclear e o modelo de companheirismo; o divórcio começou a ser encarado como um problema inerente a um certo estilo de vida familiar que se estava a desenvolver na sociedade americana.

Por último, as características da população analisada nas várias pesquisas também são substancialmente diferentes: enquanto Goode e Bernard estudam amostras representativas de um número considerável de pessoas divorciadas, a população de Waller reunia um grupo de intelectuais e de amigos pessoais do autor que se consideravam bastante emancipados em relação aos estilos de vida conjugal mais tradicionais.

The Old Love and the New incorpora todo um estilo dramático, em que os protagonistas passavam de estados de felicidade a estados de miséria. Waller, considerado um poeta entre os cientistas sociais, discutiu os vários tipos de sofrimento por que passavam os divorciado(a)s: auto-recriminação, autodegradação, solidão, ansiedade e incerteza. No final, os divorciado(a)s encontravam a salvação pessoal através duma nova organização de vida e do recasamento.

Os recasamentos são casamentos

Da pesquisa de Jessie Bernard, realizada em 1956, merecem destaque mais algumas considerações, para além das que já foram enunciadas no ponto anterior. Apesar de a própria autora advertir para o facto de este estudo não dever ser utilizado como um manual sobre o recasamento — “porque ele apenas explora algumas das ramificações do recasamento no momento actual” (1956: 7) —, trata-se de uma proposta de investigação muito consistente do ponto de vista teórico e empírico. Não será por acaso que esta obra é considerada a grande referência sobre o tema do recasamento até à actualidade.

Há uma questão fundamental sublinhada logo no início desta obra e que corresponde à primeira característica do recasamento: é a ideia de que o recasamento é uma forma de casamento. Assim, para a autora este é um livro sobre o casamento. “É, por isso, um livro sobre famílias, sobre homens, mulheres e crianças interagindo uns com os outros na mais íntima das formas de associação” (1956: 3).

Daí os casamentos analisados neste trabalho serem recasamentos e as famílias envolvidas serem famílias do recasamento com problemas como todas as outras, só que um pouco mais complexos nestas configurações a seguir a um divórcio e com crianças de um casamento anterior. E a autora continua, referindo que a natureza das relações envolvidas nos recasamentos é idêntica à dos casamentos e que, antes de tudo, as famílias do recasamento são famílias. Assim, a análise do recasamento fornece contributos substantivos e teóricos acerca da natureza do casamento e da vida familiar em geral. O facto de a população de recasados ter uma composição heterogénea corresponde à segunda característica do recasamento.

A proposta de que o recasamento é uma forma de casamento é extremamente importante porque afirmada numa altura em que tudo o que não era família nuclear e primeiro casamento era considerado falso, perverso e contra a natureza. Aliás, um dos grandes contributos da autora foi o de romper com a opinião generalizada e conservadora de que os divorciados possuíam algum mal psíquico que os “obrigava” a falhar casamentos atrás de casamentos, na pior das hipóteses. Ora, para Bernard, a dissolução de um primeiro casamento, na maior parte dos casos, não pode ser atribuída a qualquer coisa intrínseca à personalidade dos divorciados, mas muito simplesmente a que “casaram com a pessoa errada”.

A teoria das classes sociais, a abordagem behaviorista e a teoria da personalidade foram, segundo a autora, “as áreas sociológicas para as quais o estudo do recasamento tem importantes implicações” (*idem*: 17).

Quanto às diferenças entre recasamentos e entre os seus protagonistas, elas podem ser ainda mais acentuadas do que as diferenças entre recasamentos e casamentos. Os factores de diferenciação entre recasamentos são basicamente os seguintes: o estado civil anterior ao recasamento dos cônjuges; a presença ou ausência de crianças de casamentos anteriores; o significado dos casamentos anteriores para os recasados.

O estado civil anterior ao recasamento é uma variável fundamental para se perceber a heterogeneidade da população recasada, na medida em que um recasamento pode ocorrer entre: 1) um homem divorciado e uma mulher solteira; 2) um homem divorciado e uma mulher viúva; 3) um homem divorciado e uma mulher divorciada; 4) um homem solteiro e uma mulher divorciada; 5) um homem solteiro e uma mulher viúva; 6) um homem viúvo e uma mulher solteira; 7) um homem viúvo e uma mulher viúva; 8) um homem viúvo e uma mulher divorciada.

Como estabelecer um equilíbrio dinâmico nos recasamentos?

Ao analisar o problema da assimilação de um novo membro numa família de recasados — um padrasto ou uma madrasta — Bernard coloca as seguintes questões: quem assimila quem? Quem faz parte do grupo familiar?

Num certo grupo familiar do qual fazem efectivamente parte uma mãe e as suas crianças, o novo elemento a entrar para esse grupo será encarado pelas crianças como um intruso, um *outsider*, porque ele não fazia parte daquele grupo. Mas, em contrapartida, as crianças também são para o padrasto consideradas intrusas, *outsiders*, no novo casamento, porque elas não pertencem ao novo casal. No fundo, ambos — padrastos e crianças — são “invadidos” e “invasores”. E, aqui, a autora coloca outra questão: então como se adaptam uns aos outros?

Jessie Bernard operacionalizou uma série de variáveis (o estado civil dos pais antes do recasamento, o facto de o pai biológico ser vivo ou ter falecido, o tipo de custódia e o montante da pensão de alimentos, o número de crianças envolvidas, a atitude dos familiares e dos amigos, a classe social de origem, a religião, o tempo, o sexo e as atitudes das crianças, as associações simbólicas). De todas estas variáveis destaca-se aqui o tempo, a idade, o sexo e as atitudes das crianças, bem como as variáveis de carácter simbólico — nomes, recordações e locais.

Tempo

Mesmo nos casos de “amor à primeira vista”, o tempo tem um efeito importante nas relações afectivas, ou para as amadurecer e consolidar, ou para as destruir. Também as crianças necessitam de tempo para amadurecer a ideia de um casamento da mãe e a entrada em casa de um padrasto. Nestes casos, segundo a autora, se o casamento da mãe for discutido previamente com as crianças e elas tiverem tempo para ter uma palavra a dizer sobre o acontecimento, tudo indica que o novo padrasto é aceite com mais facilidade. Mas, se pelo contrário, as crianças só conhecem o novo companheiro da mãe muito em cima do casamento ou da coabitação, então as probabilidades de o aceitarem são mais reduzidas.

Idade, sexo e atitudes das crianças

Já na altura em que esta pesquisa se realizou (1956) era consensual o facto de os adolescentes corresponderem ao grupo etário que revela mais resistência em aceitar um padrasto ou uma madrasta. Em contrapartida, tanto para os mais pequenos como para os mais velhos, essa assimilação de um elemento novo na família é mais fácil. Para as crianças mais pequenas (até aos oito anos de idade) com pais viúvos ou divorciados, e em especial os rapazes, o recasamento dos seus pais é, na maior parte das vezes, bem-vindo. Segundo a autora, o desejo de que os pais voltem a casar está associado à possibilidade da vinda de um irmão ou irmã.

No que toca às crianças mais velhas, rapazes ou raparigas, as relações são muito mais complexas. Por exemplo, as raparigas adolescentes querem inconscientemente retardar o reconhecimento das suas mães enquanto seres sexuais, daí terem dificuldade em aceitar o novo padrasto porque ele representa o símbolo da sexualidade das suas mães. Ora, o recasamento destas mães é sentido como uma “traição” aos seus pais biológicos. Quanto aos rapazes, também eles resistem à aceitação de um novo padrasto devido, provavelmente, ao complexo de Édipo.

Variáveis simbólicas

Fazem parte deste leque de variáveis os nomes, as recordações, os locais. O que devemos chamar ao novo marido da mãe? O que é ele para nós? É claro que esta questão dos nomes é importante no contexto das famílias do recasamento com crianças de casamentos anteriores, mas elas acabam sempre por resolver as situações mais delicadas chamando o padrasto pelo nome próprio, ou por tio e raras vezes por pai.

As recordações das vivências na primeira família, ou do pai biológico (principalmente se for um pai ausente), por vezes, podem estar muito presentes e constituir uma situação mais delicada com a qual o padrasto tem de lidar.

O local, enquanto um espaço onde as coisas acontecem, é uma variável importante a ter em conta; por exemplo, a casa onde aconteceram as várias conjugualidades da mãe e, por último, o processo de integração do novo padrasto revestem-se de uma carga simbólica muito forte. Voltaremos às conclusões da pesquisa de Jessie Bernard sobre o recasamento um pouco mais à frente neste artigo.

A década de 1960: casamento e recasamento, a inevitável comparação

Na década de 1960, ao assistirem ao aumento acelerado da divorcialidade e do número de recasamentos, os cientistas sociais norte-americanos começaram a interessar-se pelo recasamento e pelas crianças que viviam com um padrasto ou uma madrasta. De facto, o recasamento de divorciados tornou-se uma forma apreciável de casamento. Uma grande parte destes recasamentos envolve crianças de um casamento anterior, o que pressupõe a presença de um padrasto ou de uma madrasta ou de ambos nas configurações familiares.

A comparação entre o primeiro casamento e o recasamento representa, nesta altura, uma das abordagens mais aplicadas nos trabalhos empíricos, quer por sociólogos, quer por demógrafos ou mesmo psiquiatras. Abordagem essa, aliás, que ainda hoje atravessa muitos dos trabalhos realizados por cientistas da família sobre esta temática.

Daí que, “medir” a adaptação, o êxito, a felicidade familiar e a estabilidade representava o grande objectivo dos investigadores. Na maior parte das vezes, não era considerado o facto de se estar a analisar grupos domésticos de recasados sem crianças de um primeiro casamento ou com crianças, assim como também não eram diferenciados os recasamentos que se seguiam a um divórcio dos que se seguiam a uma viuvez de pelo menos um dos cônjuges.

Nesta perspectiva realizaram-se pesquisas empíricas, a maior parte delas produzidas por clínicos, sobre o efeito do recasamento nas crianças que viviam com um padrasto ou uma madrasta. Nestes casos a comparação era feita entre os filhos das famílias nucleares (consideradas as “verdadeiras” famílias) e os filhos das “falsas famílias”.

Considerando a ideologia dominante na sociedade norte-americana, nos anos 60 — apologética da família nuclear — percebe-se que os estudos sobre essas

crianças que viviam apenas com um dos pais biológicos concluíssem que esses jovens não passavam de potenciais delinquentes.

O trabalho empírico de Bowerman e Irish é considerado um clássico sobre os efeitos do recasamento nas crianças (Ganong e Coleman, 1984; Spanier e Furstenberg, 1987). Nesta análise sobre as relações entre pais e filhos, padrastos e enteados, os autores operacionalizam o modelo de comparação — *deficit comparison approach*. Para este trabalho foram entrevistadas cerca de 200 crianças, tendo os autores chegado às inevitáveis conclusões: o stresse, a ambiguidade e a fraca coesão estão associados mais às famílias recompostas do que às famílias dos primeiros casamentos. E, para além disso, o papel da madrasta é mais difícil de desempenhar do que o de padrasto, e as enteadas têm mais dificuldade de adaptação à nova situação familiar que os irmãos (Bowerman e Irish, 1962).

Em grande parte dos trabalhos sobre as famílias recompostas, nos anos 60, estas são tratadas como se fossem uma “estrutura uniforme”, ignorando variações tais como: a idade das crianças na altura do recasamento da mãe ou do pai; há quantos anos vivem na nova família; número de irmãos; frequência dos contactos com o pai ou a mãe não residente no agregado familiar (Coleman e Ganong, 1990).

Estes trabalhos empíricos, se por um lado têm o mérito de ter feito emergir as famílias de enteados e de padrastos do anonimato, por outro, ao desvendá-las, comparando-as com as nucleares, negam-lhes as suas especificidades e estigmatizam-nas (Lobo, 1994).

Nos anos 70, o divórcio começa a fazer parte do quotidiano dos americanos e banaliza-se, impondo uma viragem na maneira de olhar para as configurações familiares de recasados que incluem crianças de casamentos anteriores.

Após uma análise da produção científica sobre as famílias recompostas, Furstenberg (1979) identificou dez temas que mereciam uma maior atenção, nomeadamente: consequências da experiência conjugal anterior na fase de transição para o recasamento; efeitos do divórcio na adaptação ao recasamento; efeitos do recasamento nos outros acontecimentos e experiências de vida; reflexos do recasamento na imagem e identidade dos protagonistas; alterações nas relações conjugais a seguir ao recasamento; efeitos do recasamento na percepção da realidade; relações com o ex-marido ou a ex-mulher a seguir ao recasamento; até que ponto são mantidos os laços com os parentes da família anterior; que tipo de laços se iniciaram com os novos parentes (Ganong e Coleman, 1994: 12).

As pesquisas sobre estes temas careciam afinal de qualquer reflexão teórica e conceptual: isto é, limitavam-se a reproduzir um conjunto de noções de senso comum de cariz ideológico suportadas por algumas hipóteses demasiado simplistas.

A família reconstituída: a proposta dos anos 70

Com a sua obra *The Reconstituted Family: A Study of Remarried Couples and Their Children*, Lucile Duberman (1975) inova ao romper com ideologias dominantes e com “hiperempirismos operacionalistas” (conceito referido em Almeida e Pinto, 1976), ao propor um conjunto articulado de conceitos da sociologia (família, grupo social

primário, interacção, socialização e integração), sem cair na tentação da mera comparação entre as famílias reconstituídas e as famílias nucleares.⁷

Nessa investigação, a integração da família reconstituída, compreendida pelas interacções entre os seus membros com o objectivo de estabelecer uma família consolidada e coesa, constitui a principal preocupação da autora. Esta interroga-se: o que devem fazer os membros da nova família para construírem um grupo social primário?

Para dar resposta a esta questão, Duberman convoca o conceito de Cooley de “grupo primário”, entendido enquanto um “pequeno grupo de pessoas caracterizado pela interacção íntima, face a face e por laços afectivos e de cooperação” (Duberman, 1975: 4-5); e o conceito de “processo de socialização” de Georg Simmel, isto é, o “desenvolvimento de padrões estáveis de relacionamento entre os indivíduos através da interacção e da comunicação social” (*idem*: 5). E, assim, a família corresponderá ao exemplo por excelência de “um grupo social primário, porque através do processo de socialização é capaz de formar a natureza social dos indivíduos, permitindo que eles vivam em sociedade e em relativa harmonia” (*ibidem*).

Duberman recupera também a ideia de família de Burgess, enquanto uma “unidade de personalidades interagindo” (Burgess, 1926, citado por Duberman, 1975: 20), para reforçar a questão central da pesquisa: a integração familiar. Nesta perspectiva, a interiorização por parte dos adultos, mas também das crianças, de experiências tanto negativas como positivas durante o casamento e o divórcio, reflecte-se no recasamento e na vida da actual família, podendo, de certo modo, consolidar ou pôr em causa a coesão e a unidade familiares.

É esta ideia de processo, de acumulação de conjugalidades passadas, que nos conduz a uma das particularidades destas configurações: o seu passado, a história anterior ao recasamento, à qual se está sempre ligado através da presença de crianças de um casamento anterior.⁸ Esta tomada de consciência da centralidade do tempo passado e das suas incidências na vida familiar actual vai, de certo modo, abrir novas estratégias de investigação sobre as famílias dos recasamentos.

Nesta pesquisa a integração familiar corresponde à variável dependente e desdobra-se nas seguintes dimensões de análise: participação familiar em actividades comuns; comunicação e tomadas de decisão conjuntas; integração afectiva; objectivos da integração; integração normativa; integração consensual; interesse parental. A somar ao interesse da autora, na integração encontram-se outros tipos de relações, como por exemplo: as relações entre marido e mulher; as relações entre padrastos e enteado(a)s e as relações entre madrastas e enteado(a)s. Foram também examinadas as atitudes da família para com os amigos mais íntimos, os familiares, os ex-maridos e as ex-mulheres.

A classe social, a religião do marido e da mulher, o nível de instrução e a

7 A designação “famílias reconstituídas”, que aparece pela primeira vez neste trabalho da Lucile Duberman, raramente tem sido recuperada pelos cientistas sociais norte-americanos.

8 A ideia de conjugalidades passadas não é nova, já Paul Bohannan, Margaret Mead, Andrew Cherlin e Frank Furstenberg, se referiam à noção de processo, de acontecimentos sucessivos numa trajectória conjugal.

profissão de ambos, as idades dos homens e das mulheres na altura do recasamento, equivalem a um leque de variáveis (independentes ou explicativas) das quais depende o comportamento da variável dependente.

É importante referir desde já que, ao contrário das expectativas da autora quando começou esta investigação, a maioria dos elementos entrevistados destas famílias reconstituídas considera as suas famílias muito bem sucedidas.

Integração familiar

O grau de integração é mais elevado nos casais mais jovens do que nos mais velhos. Para além disso, a integração também é mais forte quando existem crianças do actual casamento.

Quando os primeiros casamentos terminaram por motivo de morte de um dos cônjuges e não por divórcio, a actual família reconstituída apresenta um grau mais elevado de coesão familiar.

Quanto à relação entre o trabalho e a integração familiar: esta é mais elevada quando ambos os elementos do casal têm uma actividade profissional. No entanto, nos casos em que a mulher não trabalha fora de casa a integração ainda é mais forte.

Relações conjugais

Há mais probabilidades de existir uma boa relação conjugal quando os níveis de instrução do casal são elevados. Também o facto de um dos cônjuges ter enviuvado antes do recasamento é um factor importante para uma boa relação conjugal, mais do que ter sido divorciado ou celibatário antes do actual casamento.

Tanto a solidariedade como a integração familiares dependem, em larga medida, do tipo de relações entre marido e mulher nestas famílias reconstituídas.

Relação padrasto/enteados

Os padrastos que não foram casados antes da constituição desta família, têm mais probabilidades de ter um bom relacionamento com os enteados ou as enteadas. Também a pertença a uma classe social mais elevada proporciona melhor entendimento entre padrastos e enteados ou enteadas.

Esta última relação (padrastos/enteados) é muito influenciada pelo tipo de relacionamento entre os elementos do casal.

As relações entre padrastos e enteados ou enteadas são um poderoso indicador de integração familiar.

Relação entre meios-irmãos

As relações entre as crianças, tanto da mãe como do pai, são muito melhores quando vivem todas juntas na mesma casa do que quando estão em casas separadas e só se encontram aos fins-de-semana.

Quando existe pelo menos uma criança do casamento actual as relações entre

as crianças de ambos os elementos do casal são mais fortes. Também as relações entre padrastos e enteados se reflectem no relacionamento entre os meios-irmãos: quanto melhor for a relação entre os meios-irmãos, mais forte é a integração familiar.

Atitudes perante os outsiders

Para a autora todos os elementos externos ao grupo doméstico reconstituído — família de orientação, família alargada e amigos mais íntimos — podem ter impacto nas relações da esfera privada destas famílias reconstituídas (ver Johnson, 1988).

Especificamente, no que toca à atitude dos membros da família para com os ex-maridos ou as ex-mulheres, os resultados a que chegaram Lucile Duberman, Jessie Bernard e William Goode nas respectivas pesquisas assemelham-se bastante.

No caso de J. Bernard, a indiferença foi a atitude mais apontada quanto às relações com os primeiros maridos, ou com as primeiras mulheres. No entanto, a autora refere que este sentimento traduz mais animosidade ou negatividade do que indiferença (ver Bernard, 1956: 199-207).

No estudo sobre as mulheres divorciadas, William Goode assinala a existência de um sentimento negativo da parte das mulheres em relação aos seus ex-maridos depois de eles se recasarem. “Estas ex-mulheres têm um novo padrão de comparação, de tal maneira que os seus ex-maridos parecem agora ainda menos adequados do que a seguir ao divórcio” (citado por Duberman, 1975: 78).

Segundo Lucile Duberman, no que diz respeito à pesquisa em análise, os resultados são semelhantes: as mulheres acham que os ex-maridos não têm grande influência nas suas vidas actuais. Os homens recasados sentem a influência negativa das suas ex-mulheres no seu novo casamento, particularmente quando estas dificultam ao máximo, ou mesmo impossibilitam, os pais de ver os seus filhos com a regularidade desejada. Outra razão que leva a autora a apontar a ex-mulher como tendo um papel mais decisivo do que o ex-marido nas famílias reconstituídas, prende-se com o sentimento de ciúmes da parte da segunda mulher (ver Ambert, 1989).

Pesquisas empíricas sobre recasamento e famílias recompostas nas décadas de 1980 e 1990: tendências conceptuais e metodológicas

Este período foi dos mais férteis em produção de pesquisas e na procura de um modelo teórico de análise do recasamento e das configurações familiares recompostas.

Nessa altura, a propósito destas famílias, o debate centrou-se à volta da lacuna teórica sobre o casamento e a família. Marilyn Ihinger-Tallman interrogava-se: “Podemos nós construir uma teoria do recasamento e das famílias marginais sobre a ausência de teorias adequadas acerca do casamento e das famílias em geral?” (1984: 483).

Ora, à medida que a quantidade de trabalhos ia aumentando, também a sua qualidade e a sua complexidade se tornavam cada vez mais visíveis. A razão para

este crescimento da produção empírica sobre as dinâmicas intrínsecas ao recasamento a seguir a um divórcio e às famílias recompostas, não reside no facto de estes fenómenos serem novos, mas na evidência do aumento do divórcio e das estruturas familiares que se lhe seguem, bem como na acumulação de conhecimentos científicos e na exigência, que a própria modernidade impõe, de se reflectir sobre as dimensões mais importantes das nossas vidas.⁹

Apesar do salto qualitativo e quantitativo nas pesquisas sobre este tema ao longo dos anos 80, importa realçar alguns problemas teóricos e metodológicos que principalmente os trabalhos realizados entre 1980 e 1984 encerram. É preciso não esquecer que nessa altura a pesquisa sobre as famílias recompostas ainda estava numa fase incipiente de desenvolvimento (Esses e Campbell, 1984: 422).

O primeiro problema diz respeito à prevalência da ideologia característica da família nuclear. Ou seja, o modelo — *deficit comparison* — ainda continua a fazer parte de um número significativo de estratégias de pesquisa, e a família nuclear mantém o estatuto de modelo familiar dominante e conseqüentemente de referência para a análise de todos os outros estilos de vida familiar (Ganong e Coleman, 1984: 391-396).

Ora, como resultado da adesão a este tipo de ideologia, a atenção dada à complexidade estrutural das famílias recompostas é nula; o foco incide sempre nos problemas e nunca se accionam outras variáveis de carácter mais positivo; a análise do funcionamento destas famílias baseia-se nas normas das famílias nucleares, obscurecendo assim as diferenças entre as relações biológicas e as relações de vínculo social, como as relações entre padrastos e enteados ou madrastas e enteados; habitualmente, não se faz a distinção entre grupo doméstico recomposto e família recomposta, iludindo a especificidade destas famílias que comportam pelo menos dois agregados domésticos, recompostos ou não; as amostras raramente são significativas; geralmente os dados recolhidos são provenientes dos discursos de apenas um elemento da família recomposta (Ganong e Coleman, 1984; Esses e Campbell, 1984; Ganong e Coleman, 1994).

Depois de analisadas estas fragilidades nas pesquisas realizadas antes de 1984, o debate de ideias acerca das estratégias de investigação daqui para a frente sobre as famílias recompostas revelou-se mais profícuo.

Entre 1985 e 1989, as preocupações acerca das estratégias de investigação sobre as famílias recompostas, anteriormente identificadas, despertam a atenção dos cientistas sociais. Em consequência, muitos investigadores começam a ter em conta a complexidade destas estruturas familiares; as amostras passam a ser

9 Durante a década de 1980 uma série de eventos contribuíram de forma significativa para o aumento do interesse por estas famílias: em 1982 constituiu-se um grupo interdisciplinar — *Focus Group on Remarriage and Stepparenting* — de reflexão e de troca de informação sobre o tema; em 1983 a *Society for Research in Child Development* também fundou um grupo interdisciplinar de cientistas sociais interessados no estudo destas famílias, com o objectivo de trabalharem sobre o efeito do recasamento nas crianças — desse projecto resultou um livro (Pasley e Ihinger-Tallman, 1987); em 1987 surge outra equipa interdisciplinar (cientistas sociais, psiquiatras, psicólogos) com o objectivo de organizar a *Wingspread Conference on Remarried Families*, mas que depois continuaram a trabalhar e a organizar conferências anuais (Ganong e Coleman, 1994: 19).

representativas a nível nacional; em algumas pesquisas aposta-se numa estratégia multidimensional e multivariada; também se impulsiona o debate sobre as principais questões teóricas.

Apesar de apenas algumas questões levantadas por Furstenberg (1979) terem sido respondidas até à década de 1990, os anos 80 foram, sem dúvida, tempos de progresso conceptual, metodológico e empírico na maneira de analisar as famílias do recasamento. Ao comparar as recomendações e as críticas (Esses e Campbell, 1984; Furstenberg, 1979; Ganong e Coleman, 1984) com a forma como se produziram novos conhecimentos sobre estas famílias, Pasley e Ihinger-Tallman concluíram que os investigadores prestaram atenção a grande parte das recomendações; no entanto, ainda têm um longo caminho a percorrer para ultrapassar certas limitações teóricas e metodológicas (1992: 166).

É tão importante discutir a questão da dissolução dos recasamentos como a sua génese e consolidação; até porque todas estas dimensões se entrecruzam num mesmo fenómeno — o processo do recasamento.

Em 1987, Furstenberg e outros sociólogos chamam a atenção para o facto de todos os estudos sobre o recasamento até àquela data terem ignorado o movimento de um casamento para outro, ou seja, o seu processo de transição. Para além disso, o divórcio nunca tinha sido tratado como um “acontecimento transitório — um interlúdio entre casamentos. Em suma, a ruptura conjugal nunca é vista na perspectiva de um itinerário de vida” (Furstenberg e outros, 1987: 70).

Portanto, através da perspectiva de “conjugalidades sucessivas” de Frank Furstenberg ou de “monogamias em série” de Margaret Mead (Ihinger-Tallman e Pasley, 1987: 21) para descrever o processo casamento — divórcio — recasamento, torna-se mais fácil tratar um novo objecto de reflexão que surge no princípio dos anos 80 — a família recomposta (*blended family*).¹⁰

É preciso ainda considerar, para estes autores, que a própria noção de itinerário de vida nos chama a atenção para “o ponto de intercepção da trajectória conjugal dos pais e da trajectória evolutiva dos filhos” (*idem*). Ora, esta perspectiva comporta, simultaneamente, a ideia de normalização do fenómeno do divórcio e do recasamento, através do seu crescimento numérico e, conseqüentemente, da sua aceitação social. A partir daí, a ruptura conjugal passa a ter um “significado diferente para as crianças”, quando social e historicamente aumentar em flecha o número de divórcios. Na verdade, apenas “um tratamento mais dinâmico do processo de ruptura conjugal”, por um lado, e uma “grande sensibilidade para com o contexto histórico em plena evolução”, por outro, nos podem transmitir de forma mais clara os complexos efeitos da dissolução familiar sobre a socialização das crianças. O divórcio é muitas vezes o começo de “uma cadeia complexa de transições”, que expõe as crianças a uma pluralidade de mudanças familiares (Furstenberg e outros, 1987: 75).

Contrastando com as décadas anteriores, nos anos 90 cada vez mais cientistas sociais tentam reflectir nas suas investigações sobre a complexidade e diferenciação estrutural das famílias recompostas.

10 Sobre as “monogamias em série” cf. Mead (1970).

Uma série de grandes projectos longitudinais sobre o recasamento e as famílias recompostas foram realizados ao longo da década em análise (Coleman, Ganong e Fine, 2000: 1299). Permitiram aos investigadores observar as mudanças tanto nos protagonistas como nas dinâmicas das famílias recompostas ao longo do tempo. A operacionalização de um número significativo de variáveis, bem como a opção por estratégias de investigação mais sofisticadas, marcaram estes projectos nacionais, regionais ou os de escala mais reduzida, sobre os grupos domésticos de padrastos.

Para além destes projectos, a década de 1990 revelou-se um período fértil em produção de trabalhos sobre o recasamento e as famílias recompostas. Este corpo de trabalhos representa três vezes mais do que o número de publicações anteriores aos anos 90 — Coleman, Ganong e Fine examinaram mais de 850 publicações (2000: 1288).

Mas, apesar da sensibilidade crescente para a diversidade estrutural destas configurações familiares, muitos cientistas continuam a recusar analisar a pluralidade de configurações a que os recasamentos e as famílias de padrastos dão origem, bem como a complexidade das suas estruturas internas. Por outro lado, apenas algumas pesquisas tomam em consideração os vários “caminhos” para se constituir e consolidar uma família deste tipo.

Para além disso, na maioria dos casos, as amostras não reflectem de forma adequada a diversidade de redes de relacionamentos que une os vários grupos domésticos recompostos. Também, as interações entre os membros dos grupos domésticos de recasados e os familiares dos outros agregados que fazem parte da família são por vezes ignoradas.

Claro que podemos encontrar razões para os investigadores “escaparem” às configurações familiares mais complexas: alguns tipos de famílias recompostas são difíceis de encontrar, como as famílias de pai e madrasta que muitas vezes até partilham um apelido em comum. Daí que os grupos domésticos de padrastos no quotidiano estejam habitualmente sobrerrepresentados nas pesquisas tanto europeias como norte-americanas.

À semelhança do que aconteceu nas décadas anteriores, os trabalhos sobre o tema — “os efeitos da vida nas famílias recompostas sobre as crianças” — também estão em maioria no conjunto das investigações realizadas durante os anos 90 (contam-se mais de 200).

Curiosamente, desde meados desta década que os cientistas sociais voltaram a apresentar resultados pouco favoráveis acerca da vida nestas configurações familiares. Por exemplo: os enteados ou as enteadas correm mais riscos de vir a ter dificuldades de aprendizagem na escola, e problemas de comportamento tanto na família como fora dela. No entanto, a grande maioria das crianças que vivem em famílias recompostas não apresentam estes problemas — mas este é o lado das pesquisas menos divulgado.

A maior parte dos trabalhos desta altura têm por objectivo identificar exclusivamente os problemas internos a estas famílias, por isso, são apenas realçadas algumas conclusões dos seus trabalhos — as mais negativas. Por exemplo: os enteados ou as enteadas têm mais probabilidades de ficarem deprimidos do que aqueles

que vivem com os dois pais biológicos — e a parte da conclusão raramente divulgada — três quartos das crianças que vivem numa família recomposta não estão clinicamente deprimidos (Coleman, Ganong e Fine, 2000: 1300).

Quanto aos enquadramentos teóricos das pesquisas realizadas nos anos 90, convém dizer que o uso do modelo *deficit comparison* continuou por toda a década, com a agravante de os valores culturais, que descrevem a família do primeiro casamento como sendo a única estrutura familiar aceitável para o desenvolvimento saudável das crianças, influenciarem os cientistas sociais. Ora, este modelo é o mais escolhido porque vai ao encontro daquilo que é o pensamento socialmente aceite sobre as famílias não nucleares: uma estrutura familiar deficiente e prejudicial para as crianças. Por outro lado, a teoria funcionalista não morreu, daí alguns funcionalistas recomendarem que nos EUA se desencorajasse o recasamento, porque os enteados estariam em risco. Os investigadores sociais comparam novamente, como acontecia nos anos 60, as famílias recompostas com as famílias “intactas”, e o objectivo principal das pesquisas passou novamente a ser a procura da resposta à seguinte questão: porque é que os padrastos investem menos nos seus enteados do que os pais biológicos nas suas crianças? (*idem*).

Mesmo com todas as fragilidades teóricas e empíricas habitualmente apontadas à grande maioria dos trabalhos sobre estas configurações familiares, a riqueza de informação já acumulada permite identificar algumas tendências quanto aos seus resultados.¹¹

A primeira diz respeito ao papel do padrasto, mais concretamente à necessidade de se produzirem normas que regulem a construção social desse papel. Alguns resultados de pesquisas mostram a existência de um consenso quanto ao grau de envolvimento afectivo dos padrastos em relação aos enteados: é desejável que esse envolvimento seja menor — por comparação com o tipo de relacionamento entre pais biológicos e filhos —, menos engajado, o que o torna também mais saudável (Amato, 1987; Bray, 1993; Cherlin e Furstenberg, 1994; Santrock e Sitterle, 1987). Mas também se sabe, por via das pesquisas, que existe um número mais restrito de comportamentos socialmente aceites para os pais biológicos do que para os padrastos (Cherlin e Furstenberg, 1994; Marsiglio, 1992). Por outro lado, as práticas dos padrastos assemelham-se mais às dos pais biológicos quando as crianças são pequenas (Marsiglio, 1992). Por fim, as atitudes e as representações acerca do papel de padrasto formadas no início do recasamento ou da constituição da nova família têm tendência a perdurar no tempo (Furstenberg, 1987).

A segunda tendência, que ressalta em muitas pesquisas, refere-se ao tempo necessário para que uma família de padrasto ou de madrasta desenvolva um sentimento coeso de família — no sentido de proximidade emocional (Hetherington, 1991). No entanto, também tem ficado bem documentado que essa proximidade é menor nestes tipos de famílias quando comparadas com as famílias de pais biológicos (Smith, 1991; Pill, 1990). Em média, os trabalhos apontam para três a cinco anos

11 Pela primeira vez os censos americanos apresentaram dados sobre os agregados domésticos recompostos em 1990 (Coleman e Ganong, 1990).

como período de tempo necessário para o desenvolvimento de sentimentos de coesão e de integração familiares (Papernow, 1993). Mas esta coesão não deve ser excessiva nem as fronteiras familiares demasiado fechadas, como provam os resultados de algumas pesquisas. Por exemplo, os casais vivem melhor o seu recasamento se à partida não tiverem muitas expectativas quanto à fidelidade (que é um indicador de grande coesão) e se não se fecharem sobre si próprios como habitualmente acontece nos primeiros casamentos. Para muitos destes casais um pouco menos de coesão é saudável para o bom funcionamento familiar (Smith, 1991).

A terceira tendência apontada por um grande número de pesquisas empíricas refere-se à relação entre as madrastas e os enteados como sendo a mais problemática de todas as relações entre os membros destas famílias, muito mais complicada do que o relacionamento entre padrastos e enteados. Claro que são apontadas uma série de razões para que tal aconteça, tais como: as mães numa situação de pós-divórcio estão muito mais centradas nos filhos, o que faz com que aumente a competição entre elas e as madrastas; o facto de os pais biológicos terem de lidar com as suas ex-mulheres provoca por vezes tensões e conflitos que se reflectem na sua nova relação conjugal, e depois na relação entre a madrasta e as crianças ou os jovens (Ahrons e Wallisch, 1987; Ambert, 1986; Hobart, 1987; Ihinger-Tallman, 1988).

A quarta tendência refere-se à variável sexo das crianças. Para alguns autores de pesquisas empíricas sobre as famílias de padrastos, a relação madrasta/enteada é a mais negativa e conflituosa, mesmo comparada com a relação entre padrasto/enteado. Claro que tudo se complica ainda mais se a rapariga for adolescente — “O início da adolescência parece ser o período em que as crianças são particularmente vulneráveis aos efeitos adversos do recasamento” (Hetherington, 1991: 169).

O mesmo autor refere também que nesta fase em que os jovens adolescentes se confrontam com o desenvolvimento da sua sexualidade e a aquisição de autonomia, a presença de um padrasto pode ser perturbadora para atingirem esses objectivos (Barnes e outros, 1998).

Por fim, é um dado adquirido que os jovens deixam a casa de família mais cedo quando vivem com um padrasto ou uma madrasta do que quando habitam com os dois pais biológicos, ou com apenas um deles. Principalmente as raparigas dão-se melhor com os pais se eles não voltarem a casar (Aquilino, 1991; Wisner e Burch, 1989).

No início do novo milénio, e depois de analisadas as pesquisas da década de 1990, algumas fragilidades são ainda apontadas, nomeadamente: poucos estudos investiram nos processos de constituição e consolidação de uma família recomposta; no fundo, sabe-se pouco acerca dos factores positivos que contribuem para a criação de laços fortes entre padrastos e enteados, entre meios-irmãos, ou mesmo acerca das relações de conjugalidade entre o casal recomposto; outro tema ainda ausente nas investigações sobre estas configurações familiares diz respeito ao papel das mães — sabe-se muito mais acerca dos pais biológicos que não vivem no grupo doméstico recomposto do que das mães que constituem o “ancoradouro” das famílias recompostas (Coleman, Ganong e Fine, 2000).

Considerações finais

Depois de passar em revista quase um século de produção (essencialmente empírica) norte-americana sobre o recasamento e as famílias recompostas, importa agora realçar algumas questões pertinentes no sentido de integrarem a fileira teórica de uma estratégia de investigação sobre este tema.

A primeira diz respeito à ideia de que o recasamento é uma forma de casamento e as famílias envolvidas são famílias do recasamento com problemas como todas as outras, só que um pouco mais complexos nas configurações a seguir a um divórcio e com crianças de um casamento anterior — famílias recompostas.

A segunda questão a reter prende-se com o processo casamento — divórcio — recasamento — redivórcio, ou seja, a análise de qualquer um destes acontecimentos deve ter sempre em conta os outros momentos de transição numa trajectória conjugal. Só através da perspectiva das “conjugalidades sucessivas” a pesquisa sobre as famílias recompostas se revela sociologicamente mais consistente. É, hoje, ponto assente para muitos cientistas sociais que a investigação sobre estas famílias passa por situá-las numa perspectiva dinâmica: ou seja, por compreender o que se inscreve nos processos temporais encetados antes e durante a sua formação no ciclo de vida dos seus elementos.

Por fim, é também importante realçar que a perspectiva microsociológica deve ser uma opção teórica de fundo na análise do processo social que afecta os indivíduos em qualquer casamento específico. Isto é, os recasamentos dão origem a grupos domésticos cujos membros têm diferentes expectativas, concepções de vida e padrões de comportamento.

Referências bibliográficas

- AA.VV. (1987), *Dialogue. Les Beaux-enfants: Remariages et Recompositions Familiales*, n.º 97, Paris, Association Française des Centres de Consultations Conjugales.
- Ahrons, Constance R., e Lynn Wallisch (1987), “Parenting in binuclear family: relationships between biological and stepparents”, em Kay Pasley e Marilyn Ihinger-Tallman (orgs.), *op. cit.*, pp. 225-256.
- Almeida, João F. de, e José Madureira Pinto (1976), *A Investigação nas Ciências Sociais*, Lisboa, Editorial Presença.
- Amato, Paul. R. (1987), “Family processes in one-parent, stepparent, and intact families: the child’s point of view”, *Journal of Marriage and the Family*, 49, pp. 327-337.
- Ambert, Anne-Marie (1986), “Being a stepparent: live-in and visiting stepchildren”, *Journal of Marriage and the Family*, 48, pp. 795-804.
- Ambert, Anne-Marie (1989), *Ex-Spouses and the New Spouses: A Study of Relationships*, Greenwich, Jai Press.
- Aquilino, William S. (1991), “Family structure and home leaving: a further specification of the relationship”, *Journal of Marriage and the Family*, 53, pp. 999-1010.
- Barnes, Gill Gorell, e outros (1998), *Growing Up in Stepfamilies*, Oxford, Clarendon Press.
- Berger, Roni (1995), “Three types of stepfamilies”, em Craig A. Everett (org.), *op. cit.*, pp. 35-49.

- Berger, Roni (1998), *Stepfamilies: A Multi-Dimensional Perspective*, Nova Iorque, The Haworth Press.
- Bernard, Jessie (1956), *Remarriage: A Study of Marriage*, Nova Iorque, Russell & Russell.
- Bohannon, Paul (org.) (1970), *Divorce and After*, Nova Iorque, A Doubleday Anchor Book.
- Bohannon, Paul (1970), "Divorce chains, households of remarriage and multiple divorces", em Paul Bohannon (org.), *op. cit.*, pp. 127-139.
- Bourdieu, Pierre (1996), "Des familles sans nom", *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 113, pp. 3-7.
- Bowerman, Charles E., e Donald P. Irish (1962), "Some relationships of stepchildren to their parents", *Marriage and Family Living*, 4, pp. 113-121.
- Bray, James H. (1993), "Developmental issues in stepfamilies research project: family relationships and parent-child interactions", *Journal of Divorce and Remarriage*, 19, (3/4), pp. 197-220.
- Cadolle, Sylvie (2000), *Être Parent, Être Beau-parent: La Recomposition de la Famille*, Paris, Editions Odile Jacob.
- Cherlin, Andrew J. (1978), "Remarriage as an incomplete institution", *American Journal of Sociology*, 84, pp. 634-650.
- Cherlin, Andrew J. (1981, 1992), *Marriage, Divorce, Remarriage*, Cambridge, MA, Harvard University Press.
- Cherlin, Andrew J. (1987), "Dix ans après: le remariage comme institution incomplète", *Dialogue*, 97, pp. 65-68.
- Cherlin, Andrew J., e Frank Furstenberg Jr. (1994), "Stepfamilies in the United States: a reconsideration", *Annual Review of Sociology*, 20, pp. 359-381.
- Coleman, Marilyn, e Lawrence H. Ganong (1990), "Remarriage and stepfamily research in the 80s: new interest in an old family form", *Journal of Marriage and the Family*, 52, pp. 925-940.
- Coleman, Marilyn, Laurence Ganong, e Mark Fine (2000), "Reinvestigating remarriage: another decade of progress", *Journal of Marriage and the Family*, 62, pp. 1288-1307.
- Cowan, Philip A., e Mavis Hetherington (orgs.) (1991), *Family Transitions*, Nova Jérsea, Erlbaum.
- Cutsem, Chantal Van (2001), *La Famille Recomposée*, Toulouse, Editions Erès.
- Duberman, Lucile (1975), *The Reconstituted Family: A Study of Remarried Couples and Their Children*, Chicago, Nelson Hall.
- Esses, Lillian M., e Richard Campbell (1984), "Challenges in researching the remarried", *Family Relations*, 33, pp. 415-424.
- Everett, Craig A. (org.) (1995), *Understanding Stepfamilies: Their Structure and Dynamics*, Nova Iorque, The Haworth Press.
- Fine, Mark A. (1995), "The clarity and content of the stepparent role: a review of the literature", em Craig A. Everett (org.), *op. cit.*, pp. 19-34.
- Folberg, Jay (org.) (1991), *Joint Custody & Shared Parenting*, Nova Iorque, The Guilford Press.
- Furstenberg, Frank F. Jr. (1979), "Recycling the family: perspectives for a neglected family form", *Marriage and Family Review*, 2 (3), 1, pp. 12-22.

- Furstenberg, Frank F. Jr. (1987), "The new extended family: the experience of parents and children after remarriage", em Kay Pasley e Marilyn Ihinger-Tallman (orgs.), *op. cit.*, pp. 42-61.
- Furstenberg, Frank F. Jr. (1990), "Divorce and the American Family", *Annual Review of Sociology*, 16, pp. 379-403.
- Furstenberg, Frank F. Jr., e Andrew Cherlin (1991), *Divided Families: What Happens to Children when Parents Part*, Cambridge, MA, Harvard University Press.
- Furstenberg, Frank F. Jr., e outros (1987), "L'itinéraire des enfants du divorce: rupture conjugale et contacts des enfants avec le parent non-gardien", *Dialogue*, pp. 69-85.
- Ganong, Lawrence H., e Marilyn Coleman (1984), "The effects of remarriage on children: a review of the empirical literature", *Family Relations*, 33, pp. 389-406.
- Ganong, Lawrence H., e Marilyn Coleman (1994), *Remarried Family Relationships*, Thousand Oaks, Sage Publications.
- Goode, William (1965), *Women in Divorce*, Nova Iorque, Free Press (primeira edição com o título *After Divorce* editada em 1956).
- Hetherington, E. Mavis (1991), "The role of individual differences and family relationships in children's coping with divorce and remarriage", em Philip A. Cowan e Mavis Hetherington (orgs.), *op. cit.*, pp. 165-194.
- Hobart, Charles (1987), "Relationships in remarried families", *Canadian Journal of Sociology*, 13, pp. 261-282.
- Ihinger-Tallman, Marilyn (1984), "Epilogue", *Family Relations*, 33, pp. 483-487.
- Ihinger-Tallman, Marilyn (1988), "Research on stepfamilies", *Annual Review of Sociology*, 14, pp. 25-48.
- Ihinger-Tallman, Marilyn, e Kay Pasley (1987), *Remarriage*, California, Sage Publications, Inc.
- Ihinger-Tallman, Marilyn, e Kay Pasley (1997), "Stepfamilies in 1984 and today: a scholarly perspective", em Irene Levin e Marvin B. Sussman, *op. cit.*, pp. 19-40.
- Johnson, Colleen Leahy (1988), *Ex Familia: Grandparents, Parents, and Children Adjust to Divorce*, New Brunswick, Rutgers University Press.
- Levin, Irene, e Marvin Sussman (orgs.) (1997), *Stepfamilies: History, Research, and Policy*, Nova Iorque, The Haworth Press, Inc.
- Lichtenberg, James P. (1909), *Divorce: A Study of Social Causation*, Tese de doutoramento, Nova Iorque, Columbia University.
- Lobo, Cristina (1994), *Processos de Recomposição Familiar: Estratégias e Trajetórias nas Famílias Recompuestas*, dissertação de mestrado, Lisboa, ISCTE.
- Maccoby, Eleanor E., e Robert H. Mnookin (1992, 1994), *Dividing the Child: Social and Legal Dilemmas of Custody*, Cambridge, MA, Harvard University Press.
- Marsiglio, William (1992), "Stepfathers with minor children living at home: parenting perceptions and relationship quality", *Journal of Family Issues*, 13, pp. 195-214.
- Martin, Teresa C., e Larry L. Bumpass (1989), "Recent trends in marital disruption", *Demography*, 26 (1), pp. 37-51.
- Mead, Margaret (1971) "Anomalies in american postdivorce relationships", em Paul Bohannon (org.), *op. cit.*, pp. 107-125.
- Nye, F. Ivan (1988), "Fifty years of family research, 1937-1987", *Journal of Marriage and the Family*, 50, pp. 305-316.

- Pasley, Kay (1987), "Family boundary ambiguity: perceptions of adult stepfamily members", em Kay Pasley e Marilyn Ihinger-Tallman (orgs.), *op. cit.*, pp. 206-224.
- Pasley, Kay, e Marilyn Ihinger-Tallman (1987), *Remarriage and Stepparenting: Current Research & Theory*, Nova Iorque, Guilford Press.
- Pasley, Kay, e Marilyn Ihinger-Tallman (1992), "Remarriage and Stepparenting: what the 1980s have added to our understanding of these families", *Family Science Review*, 5, pp. 153-174.
- Pasley, Kay, e Marilyn Ihinger-Tallman (orgs.) (1995), *Remarriage and Stepparenting: Current Research and Theory*, Nova Iorque, Guilford Press.
- Papernow, Patricia (1993), *Becoming a Stepfamily: Patterns of Development in Remarried Families*, São Francisco, Jossey-Bass Publishers.
- Pill, Cynthia J. (1990), "Stepfamilies: redefining the family", *Family Relations*, 39, pp. 186-193.
- Robinson, Margaret (1991), *Family Transformation through Divorce and Remarriage*, Londres, Tavistock.
- Santrock, John W., e Karen A. Sitterle (1987), "Parent-child relationships in stepmother families", em Kay Pasley e Marilyn Ihinger-Tallman (orgs.), *op. cit.*, pp. 273-299.
- Scanzoni, L. D., e J. Scanzoni (1988), *Men, Women and Change: Sociology of Marriage and Family*, Nova Iorque, McGraw-Hill Book Company, pp. 656-771.
- Smith, T. A. (1991), "Family cohesion in remarried families", *Journal of Divorce and Remarriage*, 17, (1/2), pp. 49-66.
- Spanier, Graham, e Frank Furstenberg Jr. (1987), "Remarriage and reconstituted families", em Marvin B. Sussman e Suzanne K. Steinmetz (orgs.), *op. cit.*, pp. 419-434.
- Sussman, Marvin B. e, Suzanne. K. Steinmetz (orgs.) (1987), *Handbook of Marriage and Family*, Nova Iorque, Plenum.
- Théry, Irène (2000), "Préface", em Sylvie Cadolle, *op. cit.*, pp. 11-17.
- Thompson, Ross A., e Paul R. Amato (orgs.) (1999), *The Postdivorce Family: Children, Parenting, and Society*, Thousand Oaks, Sage Publications.
- Wall, Karin, e Cristina Lobo (1999), "As famílias monoparentais em Portugal", *Análise Social*, 150, pp. 123-145.
- Waller, Willard (1930, 1958, 1967), *The Old Love and the New: Divorce and Readjustment*, USA, Southern Illinois University Press.
- Waller, Willard (1939), *The Family: a Dynamic Interpretation*, Nova Iorque, Dryden Press.
- Wiser, A. W., e T. K. Burch (1989), "The family environment and leaving the parental home", *Journal of Marriage and the Family*, 51, pp. 605-613.

Cristina Lobo. Investigadora do CIES. Docente do Departamento de Sociologia do ISCTE. E-mail: Cristina.lobo@iscte.pt

Resumo/ abstract/ résumé/ resumen*Famílias recompostas: revisitar a produção americana (1930-2000)*

Na década de 1960, ao assistirem ao aumento acelerado da taxa de divorcialidade e do número de recasamentos no total dos casamentos, os cientistas sociais americanos começaram a interessar-se pelo recasamento e pelas crianças que viviam com um padrasto ou uma madrasta. No entanto, entre os anos 30 e 60, já tinha surgido um conjunto de pesquisas sobre o recasamento e a conseqüente organização familiar a que este acontecimento obriga, cujos resultados nelas alcançados se tornaram pontos de partida para um grande número de investigações. Ao longo de quase um século de investigações ficou a saber-se muito mais sobre as famílias recompostas: o seu crescimento demográfico, estrutura, desenvolvimento e dinâmicas. Para além da diversidade interna destas configurações, todos os tipos de famílias recompostas partilham dinâmicas e características estruturais específicas e únicas, o que as diferencia dos outros tipos de arranjos familiares.

Palavras-chave Recasamento, famílias recompostas.

Stepfamilies: American research revisited (1930-2000)

In the 1960s, as the divorce rate soared along with the number of remarriages as a proportion of total marriages, American social scientists began to get interested in remarriage and in children living with stepparents. However, from the 1930s through to the 1960s, there had already been a series of research projects into remarriage and the consequent model of family organization which such an event required, and the findings of these studies provided the starting point for a large amount of research. Over the course of almost a century of research, a great deal more was learned about step families: their demographical growth, structure, development and dynamics. In addition to the internal diversity of these configurations, all types of recomposed families shared specific and unique dynamics and structural characteristics, differentiating them from other types of family arrangements.

Key-words Remarriage, recomposed families.

Familles recomposées: revisiter la production américaine (1930-2000)

Dans les années 60, en constatant l'augmentation accélérée du nombre de divorces et du nombre de remariages dans l'ensemble des mariages, les sociologues américains ont commencé à s'intéresser au remariage et aux enfants qui vivaient avec un beau-père ou une belle-mère. Cependant, entre les années 30 et 60, plusieurs recherches avaient déjà été menées sur le remariage et ses conséquences sur l'organisation familiale, dont les résultats ont servi de point de départ pour un grand nombre de nouvelles recherches. Les études menées au long de près d'un siècle ont permis d'en savoir beaucoup plus sur les familles recomposées: croissance démographique, structure, développement et

dynamiques. Quelle que soit la diversité interne de ces configurations, tous les types de familles recomposées partagent des dynamiques et des caractéristiques structurelles spécifiques et uniques, ce qui les distingue des autres types d'aménagements familiaux.

Mots-clés Remariage, familles recomposées.

Familias recompuestas: revisar la producción americana (1930-2000)

En la década de 1960 al asistir al aumento acelerado de la tasa de divorcialidad y del número de recasamientos en el total de los matrimonios, los científicos sociales americanos comenzaron a interesarse por el recasamiento y por los niños que vivían con un padrastro o una madrastra. Con todo, entre los años 30 y 60, ya había surgido un conjunto de investigaciones sobre el recasamiento y la consecuente organización familiar a la que este acontecimiento obliga, cuyos resultados en estas alcanzados se convirtieron en puntos de partida para un gran número de investigaciones. A lo largo de casi un siglo de investigaciones se pasó a saber mucho más sobre las familias recompuestas: su crecimiento demográfico, estructura, desarrollo y dinámicas. Más allá de la diversidad interna de estas configuraciones, todos los tipos de familias recompuestas comparten dinámicas y características estructurales específicas y únicas, lo que las diferencia de los otros tipos de arreglos familiares.

Palabras-clave Recasamiento, familias recompuestas.